



CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 01/2020

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09 DE JANEIRO DE 2020

(Contém 11 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VICE-PRESIDENTE – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 01/2020

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09 DE JANEIRO DE 2020

Aos nove dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 27 de dezembro de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação os Senhores Vereadores Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota e Fernando Jorge Ventura Moniz, porque não estiveram presentes naquela reunião e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.

ANTES DA ORDEM DO DIA:

PROCESSO DA INCINERADORA EM SÃO MIGUEL:

O Senhor Vereador Roberto Oliveira solicitou informação sobre o processo da incineradora em São Miguel.

A Senhora Presidente informou que não houve recurso em Tribunal por parte da Empresa que era a vencedora do concurso. A AMISM - Associação de Municípios da Ilha de São Miguel vai lançar um novo concurso público para a construção de uma nova incineradora em São Miguel, mas com menor dimensão e vão aumentar o tratamento biológico de resíduos sólidos em São Miguel.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se com o novo procedimento ainda haverá apoios a Fundos Comunitários, tendo a Senhora Presidente respondido que a próxima revisão do PEPGRA deverá contemplar a instalação da nova incineradora em São Miguel.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado comentou que concorda com esta situação, de uma nova central de incineração de resíduos com uma capacidade mais reduzida, porque assim vão continuar a incentivar a reciclagem.

O Senhor Vereador Nelson Santos expôs que nunca esteve em causa a reciclagem e explicou o processo de funcionamento de uma incineradora.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se uma incineradora podia funcionar só alguns dias por semana, tendo o Senhor Vereador Nelson Santos respondido que não, que é um processo contínuo e é dependente da sua estabilidade térmica.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse novamente que com uma incineradora melhor dimensionada há uma efetiva valorização dos resíduos e com uma incineradora superdimensionada as pessoas deixariam de se preocupar com a reciclagem.

A Senhora Presidente informou que a legislação define objetivos de reciclagem específicos e existem diretivas comunitárias que estabelecem metas de reciclagem para serem cumpridas.

A Câmara tomou conhecimento.

FÁBRICA PARA PRODUÇÃO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que há cerca de um ano e meio foi publicado que os Açores iriam receber uma fábrica para produção de carros elétricos, a instalar no Concelho de Lagoa e solicitou informação sobre o assunto.

A Senhora Presidente informou que irá obter informações sobre o assunto e posteriormente dará conhecimento aos Senhores Vereadores.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou informação sobre uma outra empresa com produto inovador 3D, do mesmo Grupo, que também seria instalada no Concelho de Lagoa.

A Senhora Presidente informou que irá obter informações sobre o assunto e posteriormente dará conhecimento aos Senhores Vereadores.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- CEFAL desafiou alunos a dar um Natal aos resíduos;
- Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã e Coleção Visitável da Matriz de Lagoa integram Museu de Lagoa-Açores;
- Projetos do Orçamento Participativo Jovem Lagoa foram apresentados;
- Clube de Patinagem de Santa Cruz é verdadeiro agente de dinamização desportiva e artística;
- Henrique Nicolau e Joana Oliveira venceram III São Silvestre Cidade de Lagoa;
- Grupo de Cantares Tradicionais de Santa Cruz celebrou 23.º aniversário;
- Clube Operário Desportivo celebrou 72 anos de existência;
- Lagoa Celebrou o Ano Novo com Concerto dos Vox Cordis.

A Câmara tomou conhecimento.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que iria ausentar-se da reunião, para participar na cerimónia comemorativa do 44.º aniversário da Universidade dos Açores, na Aula Magna da Universidade dos Açores, em Ponta Delgada. Assim, alterou-se a ordem da agenda de trabalhos, passando o ponto n.º 7 da agenda de trabalhos a ser analisado a seguir, com a presença da Senhora Presidente da Câmara Municipal.

UNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS, ÁGUAS E SERVIÇOS URBANOS:

PONTO N.º 7 – PROPOSTA – ASSUNTOS PRESENTES NA REUNIÃO DE 05-12-2019 DA COMISSÃO DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:

Foi presente a proposta com os assuntos apresentados na reunião da Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores, realizada no dia 5 de dezembro de 2019, que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer parte integrante, como documento anexo sob o número 2.

Sobre o ponto n.º 2 da proposta apresentada, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado justificou o porquê de o ter votado contra, na reunião da Comissão de Trânsito. Expôs que no estudo apresentado pelo Gabinete Técnico da Câmara Municipal, refere que a faixa central do parque de estacionamento na Travessa da Rua Prof. João Ferreira da Silva, na freguesia de Água de Pau, tem 5m quando na realidade tem efetivamente 3,70m. Foi proposto naquele estudo que aquela faixa passe a via de circulação, o que não será prático, uma vez que não tem a largura necessária para efetuarem as manobras de entrada e saída no estacionamento, com a via de circulação.

Considerando a aparente divergência entre as medidas do estudo e as existentes no local e após troca de impressões sobre o assunto, foi decidido solicitar ao Gabinete Técnico da Câmara Municipal um novo estudo com maior rigor.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a proposta apresentada pela Comissão de Trânsito do Concelho de Lagoa – Açores, com exceção do ponto n.º 2;

2.º Solicitar ao Gabinete Técnico da Câmara Municipal de Lagoa, um novo estudo com maior rigor, sobre o ponto n.º 2;

3.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal ausentou-se da reunião, passado a reunião a ser presidida pelo Senhor Vice-Presidente.

PONTO N.º 2 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2019 – ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO:

De acordo com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, foi presente o Relatório de Avaliação de 2019, o qual foi enviado para direito de consulta prévia, aos titulares do direito de oposição, Vereadores do Partido Social-Democrata (PSD) e Membros da Assembleia Municipal do Partido Social-Democrata (PSD), conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que não concorda integralmente com o Relatório de Avaliação de 2019, referente ao Estatuto do Direito de Oposição, porque, no seu entender, verificou-se algumas situações pontuais, mas menos graves do que em anos anteriores. Em sua opinião, apresentou três situações que ocorreram no ano de 2019. Citou que não foram totalmente cumpridas as normas e as regras de protocolo. Houve uma tentativa de controlar o diálogo nas sessões da Assembleia Municipal, pois nas últimas duas sessões da Assembleia Municipal ocorreram situações que não foram pacíficas. Na última sessão da Assembleia Municipal houve a tentativa de orientar o sentido de voto dos membros da Assembleia Municipal, por parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal, sobre o voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal.

O Senhor Vice-Presidente disse que sobre este último ponto discorda, porque no contexto em que foi dito, não foi com essa interpretação e nem com a intenção de orientar o sentido de voto. Reconhece que possam ter interpretado dessa forma, mas não foi esse o sentido.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, em seu entender, não houve uma diretiva clara e objetiva por parte da Senhora Presidente, mas houve uma tentativa de orientação.

O Senhor Vereador Nelson Santos comentou que a Senhora Presidente da Câmara Municipal explicou e esclareceu o motivo pelo qual a Câmara Municipal prestou aquele esclarecimento.

O Senhor Vice-Presidente expôs que sobre este assunto, a Senhora Presidente da Câmara já explicou todo o processo, quer em reunião da Câmara Municipal, quer na sessão da Assembleia Municipal. Sobre o Relatório de Avaliação de 2019, referente ao Estatuto do Direito de Oposição, o Senhor Vice-Presidente referiu que daquilo que pôde constatar houve uma melhoria nos procedimentos, em relação ao ano anterior, e isso é de salutar.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que, em sua opinião, a situação tem evoluído de forma positiva. No relatório há um ponto que referente o “Direito à Informação”, mas existem situações em que os Vereadores da Oposição não são informados. Relembrou uma situação que já aconteceu, relacionada com o encerramento da Pousada da Juventude de Lagoa, em que tomou conhecimento do assunto por terceiros e não gostou. Expôs que reconhece que a situação tem melhorado.

No ponto do “Direito de Participação” foi referido que “No ano de 2019, o Executivo Camarário, a Presidente da Câmara e Vereadores, procederam atempadamente, ao envio de informações e convites aos membros eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes e/ou participar em atos e eventos oficiais, relevantes para o Concelho de Lagoa - Açores, não só naqueles que foram organizados ou apoiados pela Câmara Municipal, mas também naqueles em que, pela sua

natureza, tal se justificou.” Expôs que recebeu o convite para o Concerto de Ano Novo, mas da forma como o recebeu não se apercebeu que tinha sido convidado, na qualidade de Vereador, pois não se sentiu convidado por aquele convite. Sendo um Concerto de Ano Novo, gostaria de ter participado e não se sentiu convidado. Alertou, que em situações de relevo e que entendam que lhe devem convidar, que os convites sejam enviados pelo Gabinete de Apoio à Presidência ou pelo Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Acrescentou, que às vezes também não é fácil estar disponível, mas gostaria que tivessem esta recomendação em consideração.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, no passado dia 30 de junho de 2019, realizou-se uma Opereta “Une Education Manquée”, no Cine Teatro Lagoense e a Câmara Municipal fez-se representar pelo Arq. Igor Espínola de França, Coordenador da área da Cultura e Educação.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira referiu que conforme a Senhora Presidente informou na devida altura, aquela data coincidiu com o domingo do Império de São Pedro, em Água de Pau, e tal situação foi comunicada à professora Palmira Bettencourt, solicitando a alteração da data, pois não seria possível garantir a representação da Câmara, em tal evento.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que esta situação só demonstra o desprezo que têm com os membros da Oposição deste Órgão Executivo. Se nenhum dos outros cinco membros estavam disponíveis, poderiam ter-lhes pedido para representarem a Câmara Municipal, pois embora sem competências delegadas, fazem parte desta Câmara Municipal. Salientou, que no passado, noutro mandato do qual fez parte do Executivo Camarário, representou a Câmara Municipal, num evento a pedido do então Presidente da Câmara.

O Senhor Vice-Presidente realçou, como os Senhores Vereadores da Oposição já referiram, que houve melhorias no decorrer deste mandato, e a Câmara Municipal terá em consideração as observações apresentadas pelos Senhores Vereadores, no sentido de haver uma melhoria contínua.

Os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, referiram que se abstêm nesta deliberação face às observações que apresentaram.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

- 1.º Dar conhecimento à Assembleia Municipal, do Relatório de Avaliação de 2019;
- 2.º Publicar o referido Relatório na página eletrónica da Câmara Municipal.

PONTO N.º 3 – RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO DE 2019 – PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Sobre o Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa - Açores, foi presente a informação acompanhada dos relatórios de execução referentes ao ano de 2019, com os exemplos de riscos e exemplos de medidas, elaborados pelos responsáveis dos respetivos Serviços: Contratação Pública; Concessão de Benefícios Públicos; Urbanismo e Edificação; Recursos Humanos e Gestão Financeira.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que irá abster-se nesta deliberação porque desconhece todo o rigor que os documentos apresentam.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira informou que também se abstém nesta deliberação.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, dar conhecimento à Assembleia Municipal, dos referidos documentos.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:

PONTO N.º 4 – CANDIDATURA A ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA - JUDO CLUBE LAGOA – JUDOLAG:

Foi presente o pedido do Judo Clube Lagoa Açores – JUDOLAG, acompanhado da proposta de candidatura a Instituição de Utilidade Pública.

Pela Unidade Orgânica de Desporto, Juventude e Turismo foi analisado o processo e emitido o seguinte parecer:

“... O pedido foi devidamente enquadrado e fundamentado. Da análise do mesmo, concomitantemente com o conhecimento do trabalho do clube ao longo dos anos, atesta-se que:

O JUDOLAG tem os seus estatutos registados em 12 de dezembro de 2012.

Ao longo dos anos tem vindo a evoluir consistentemente, desenvolvendo um trabalho meritório junto das camadas jovens, resultado de uma dedicação consistente dos seus treinadores junto dos atletas e famílias.

O clube tem vindo a apostar na formação especializada, tanto para treinadores como para atletas, participando em eventos regionais, nacionais e internacionais.

Fruto das suas boas relações e visibilidade, organizou em 2019 um evento de dimensão nacional com o apoio da Autarquia, tendo conseguido mobilizar uma participação alargada de praticantes em estreita relação com a Federação Portuguesa de Judo.

Atualmente conta com 120 atletas e 7 treinadores e tem implementadas parcerias com IPSS e outros clubes do Concelho para alargamento da base de praticantes.

Participa em eventos promovidos pela Autarquia e dinamiza atividades solidárias e de angariação de fundos. Revela autonomia operacional e detém uma estratégia de desenvolvimento assente no aperfeiçoamento das classes, treinadores e árbitros. ...”

Pelo Senhor Vereador Nelson Santos foi exarado o seguinte despacho:

“À reunião da Câmara. Proponho à Câmara Municipal que delibere dar parecer favorável para que seja concedido o Estatuto de Utilidade Pública ao Judo Clube de Lagoa Açores - JUDOLAG, conforme solicitado e sustentado na análise da Unidade Orgânica de Desporto, Juventude e Turismo.”

O Senhor Vice-Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos, responsável por esta área.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que o Judo Clube de Lagoa Açores – JUDOLAG solicitou à Câmara Municipal parecer, para que lhe possa ser concedido o Estatuto de Utilidade Pública que é uma competência do Governo, conforme estabelecido na legislação sobre o assunto.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou que há benefícios na obtenção do Estatuto de Utilidade Pública, por parte das Instituições.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que as pessoas coletivas de utilidade pública gozam de alguns benefícios fiscais previstos na Lei e bem como do reconhecimento que a sua atividade é de Utilidade Pública.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dar parecer favorável para atribuição do Estatuto de Utilidade Pública ao Judo Clube de Lagoa Açores – JUDOLAG.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE:

PONTO N.º 5 – DECLARAÇÕES AO ABRIGO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO:

Ao abrigo da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, na sua atual redação, foram presentes as Declarações que abaixo se transcrevem:

“Declara-se para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, que os compromissos plurianuais do Município de Lagoa, existentes a 31 de dezembro de 2019, se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais.”

“Declara-se para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, que a 31 de dezembro de 2019, o Município de Lagoa não tinha pagamentos em atraso, conforme Mapa dos Pagamentos em Atraso” que se junta por fotocópia à presente ata, para dela fazer parte integrante, como documento anexo sob o número 1.

“Declara-se para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, que a 31 de dezembro de 2019, o Município de Lagoa tem os seguintes recebimentos em atraso:

Entidade devedora	Contrato	Montante em atraso
Clientes de águas	Fornecimento de água	73.391,40 €
Clientes de rendas	Rendas	13.978,25 €

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que comparando os valores dos recebimentos em atraso, com o ano de 2018, verifica-se menos cerca de 1.000,00 € no valor das rendas, que foi de 14.907,55 €, e mais 12.330,21 € no fornecimento de água, que foi de 61.061,19 €, e questionou se houve alguma justificação para o aumento do valor dos recebimentos em atraso do fornecimento de água.

O Senhor Vice-Presidente informou que não houve nenhuma razão em particular e o valor reflete à data de 31 de dezembro de 2019, o montante em dívida do fornecimento de água. Mais informou que, mensalmente são efetuadas as diligências no sentido de recuperar os montantes em dívida e com alguns munícipes com dívidas foram celebrados acordos de pagamento em prestações, ao abrigo do Regulamento do pagamento em prestações da receita do fornecimento de água.

Relativamente à situação das rendas foram celebrados com os rendeiros com dívidas, acordos de regularização de dívidas, de acordo como o Regulamento Municipal de Gestão das Habitações de Arrendamento Social.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Submeter à Assembleia Municipal as declarações acima transcritas, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, na sua atual redação;

2.º Publicitar no sítio da Internet, as referidas declarações, bem como integrá-las no respetivo relatório e contas, conforme determina o n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, na sua atual redação;

3.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOUREARIA:

PONTO N.º 6 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 08 de janeiro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 278.542,52 € (duzentos e setenta e oito mil quinhentos e quarenta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 10:10 horas, foi pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota